



Hiroaki Torigoi

A USP, seus estudantes e a guerra de guerrilhas em 1970

Artur Scavone

Ex-dirigente político e, atualmente,
aluno de Filosofia na USP

À memória de Hiroaki Torigoi (1944-1972)

O objetivo deste texto é fazer um breve relato sobre as circunstâncias políticas que envolveram os estudantes da USP, na década de 70, e a opção pela luta armada como resistência ao regime militar.

A vontade de fazer resistência contra um regime opressor sobe na cabeça quando os contrastes são gritantes e a força repressiva age para calar. É quando há uma esperança no horizonte. Quando você anda na rua e percebe que há aqueles que têm muito, e os outros, que têm quase nada. Esse contraste forte, que esfrega na cara a condição de subjugado, revolve por dentro o indivíduo, faz pensar, faz imaginar o que há de errado em tudo que o cerca. Compreender esse mundo, fundado nas ideias dominantes, contrasta com a própria visão do mundo real. É o momento em que a consciência se abre para novas possibilidades de interpretação do mundo. Em que a dominação ideológica fica abalada.

Foi assim, secundarista, de família pobre, que me defrontei com a sociedade dos anos 60. Estudava no colégio estadual Fernão Dias Paes, em Pinheiros, bairro de São Paulo próximo à USP. Era 1968 e os ecos do movimento estudantil nas universidades chegavam até nós. O congresso da UNE tinha sido desmontado pela violenta repressão que prendeu centenas de estudantes.

Durante o período do cursinho preparatório do vestibular, a USP se digladiava com o Mackenzie na Maria Antonia¹ e Marighela era emboscado na Alameda Casa Branca.² A radio Nacional tinha

sido tomada pela ALN³ pregando a revolta popular. O professor do cursinho insistia: “meninos, deixem as manifestações para depois da disputa do vestibular”. Ainda assim participávamos de atividades secundaristas. A convivência com um tio comunista, coronel do exército,⁴ instigava a pensar criticamente a realidade: “E aí, muita coca-cola? Muita calça Lee? Você não tá vendo que os americanos dominam tudo? Que existe uma verdadeira colonização do país? Nós precisamos de independência do imperialismo!” Terminado o ensino secundário, a disputa do vestibular me levou ao Instituto de Física da USP, em fins de 1969, aos 20 anos.

Não houve trote. Não havia clima para festa. Somente muita alegria em casa. As atividades programadas pelos veteranos eram reuniões de denúncia da aposentadoria forçada dos nossos professores e do clima de violência no país. Foi um período marcado pelo movimento de maio de 68 na França, a luta por liberdades, pelo amor livre, contra a opressão, por fatos que repercutiam pelo mundo e na juventude. Havia uma década um grupo guerrilheiro, com Fidel Castro à frente, liderou a revolução cubana, e seu sucesso era ouvido em toda parte: *patria o muerte!* Che Guevara havia deixado seu rastro heróico na América Latina propondo a luta por independência e liberdade. Ho Chi Min impunha derrotas sucessivas à poderosa força norte-americana no Vietnã. A revolução cultural na China sacudia intelectuais de esquerda pelo mundo. A União Soviética era um novo paradigma de organização da sociedade. Mesmo com a Primavera de Praga, mesmo com os tanques soviéticos, ainda pesava em todas nossas cabeças a história de uma nação que em 50 anos se tornou uma potência, que lançou o *sputinik* desafiando os norte americanos. Que pregava a igualdade de condições. A revolta dos fracos contra os opressores.

Se havia tanta coisa errada naquilo que nos cercava, a experiência do leste, a resistência vietnamita, a revolução cubana, a chinesa, tudo mostra que um outro mundo era possível. A face estampada em preto e branco do Che estava por toda parte: *hay que endurecerse siempre, pero sin perder la ternura jamás*. Essa esperança revolucionária animava cada cabeça jovem que se defrontava com a realidade bruta do milagre brasileiro: repressão, arrocho salarial, inflação e desemprego.⁵

Foi com o AI5 decretado, os soldados e a repressão policial-militar nas ruas, assim que chegamos à USP. Nosso início de ano letivo foi marcado pelas ameaças de expulsão dos professores, a exemplo

de Mario Schemberg⁶ e outros *comunistas*, pelo regime militar. O professor de Física I, Ernst Wolfgang Hamburger, criticava o processo de seleção econômica embutido no vestibular e propunha substituí-lo por sorteio. Em novembro de 1969 o integralista Miguel Reale tornou-se reitor.⁷ A USP informava sistematicamente o DEOPS das atividades “subversivas” dos seus professores.⁸ Não demorou para um representante do Partido Operário Revolucionário Trotskista fazer contato e discutir a minha participação na resistência. Sob uma visão trotskista – eu não conseguia ter suficiente compreensão das nuances das posições – defendiam a organização dos alunos em grupos para a resistência. Daí veio a primeira ação: pichação por toda a faculdade contra a aposentadoria forçada dos professores progressistas. E, para denunciar a repressão, fazíamos cartazes com colagem de notícias e fotos. Esse material era trazido escondido entre páginas coladas dos nossos fichários. Mas o clima repressivo marcava a todos indistintamente.

Imagine pequenos grupos de estudantes na sede do centro acadêmico da Física, jogando, conversando, brincando: imagine a chegada de um jipe do exército com três soldados, um cabo e um sargento, todos armados de fuzis, descendo da viatura e fechando a entrada do CA, exigindo que todos ficassem voltados para a parede e que deixassem suas bolsas à mostra, sobre a mesa. E imagine, por fim, uma menina sendo levada para interrogatório porque tinha um livro de um autor marxista conhecido na bolsa. Esse era o clima. O medo de ser preso contrastava com a alegria de participar de uma ação de resistência. Dois sentimentos contraditórios que nunca mais me abandonaram, até a prisão.

Era 1970. Nas ruas as manifestações contra a ditadura cresciam e eram reprimidas cada vez com mais força. Logo fui eleito presidente do Centro Acadêmico da Física. Não havia muita concorrência. Poucos se habilitavam a essa aventura. Apoiados na União Estadual dos Estudantes, organizávamos os atos em um novo formato, próprio para enfrentar a repressão: eram os comícios-relâmpagos, que empolgavam todos nós. Havia os cuidadosos, temerosos de perderem seus anos de estudo. Não havia estudante que fosse indiferente à repressão. Uma após a outra, as manifestações eram organizadas com notícias de boca em boca. Nas salas de aula da FAU, no piso superior, as mais escondidas, reuníamos os membros do DCE e dos CAs. O Queiroz⁹ da Geologia, presidente do DCE, comandava as reuniões. Planejavamos as manifestações, íamos à Química que era o centro acadêmico com melhor infra-estrutura. E lá, muitas vezes já de madrugada, imprimíamos em mimeógrafo a tinta os panfletos contra

a ditadura. Para sobreviver eu dava aulas de matemática à noite em um colégio estadual no Rio Pequeno. O diretor da escola, um sargento do exército, foi posto lá porque havia suspeitas de “subversão” entre os membros da direção.

A preparação dos comícios relâmpagos era relativamente simples: espetos para furar os pneus dos ônibus, gasolina para incendiar os símbolos da dominação norte americana e os panfletos para divulgação. Além disso, o megafone para o Rafael Di Falco – presidente da UEE – falar para o povo. A tática era paralisar os ônibus que chegavam ao lugar mais movimentado do bairro próximo à USP, o Largo de Pinheiros, um dos locais preferidos, de tal forma que a repressão demorasse para chegar ao local por força do congestionamento. Eu e Laízio, outro colega da Física, fazíamos a segurança do Rafael. Laízio ia armado, fiquei sabendo um ano depois. De quinze a trinta minutos, esse era o tempo que durava a manifestação. As propagandas penduradas nos postos de gasolina da ESSO e da SHELL, dos arredores, todas eram derrubadas em protesto contra a dominação. Juntávamos cinco, dez, doze estudantes, e balançávamos o poste até que viesse abaixo, ao som dos gritos contra a ditadura que ecoavam da manifestação. Sirenes, polícia chegando. Correria geral. Aos poucos as possibilidades de organização das manifestações relâmpagos foram sendo restringidas, pela presença do exército e da polícia por toda parte. As reuniões tornaram-se cada vez mais clandestinas.¹⁰ As prisões continuavam. Era preciso reagir. Era preciso mostrar que ninguém poderia nos calar. E as organizações e partidos tidos como reformistas não davam respostas à essa ansiedade.

Ao mesmo tempo em que os estudantes reagiam, as organizações guerrilheiras, vindas de diferentes origens como resposta ao golpe militar de 1964, apelavam por apoio e se abriam à participação estudantil. A ALN de Marighella – já assassinado e agora comandada por Toledo, nome de guerra de Joaquim Câmara Ferreira, – tinha seus contatos no meio estudantil através dos DCEs, assim como o PC do B e outros. A proposta da ALN era formar nas cidades unidades guerrilheiras estanques, que dariam apoio à guerrilha no campo. Líderes da UNE, ligados ao PC do B, discutiam com lideranças dos CAs sua vinculação política, mas recebiam seguidamente recusas, porque todos considerávamos o PC do B uma organização reformista, a exemplo do PCB.¹¹ A guerrilha do Araguaia não era conhecida. Inicialmente também as ações guerrilheiras urbanas, a partir de 1967,

eram clandestinas e acobertadas para não se revelarem como ações políticas. À medida que o movimento estudantil ingressa na luta armada aumentam as ações espetaculares, com grande repercussão na mídia, aumenta a exposição e aumenta a adesão do movimento estudantil à guerrilha urbana.¹² José Genoíno, da direção da UNE, procurou-me para discutir uma filiação ao PC do B em meados de 1971. A discussão foi reforma ou revolução: ele não tinha como falar do que viria a ser a guerrilha do Araguaia, e por isso não conseguia convencer da justeza das suas posições. Foi o contato com Hiroaki Torigoi,¹³ da ALN, provavelmente por indicação de Queiroz, do DCE, que formalizou o início da minha participação na luta armada.

As mesmas reuniões que serviam para prepararmos as manifestações relâmpagos, agora serviam – de forma mais restrita – ao recrutamento de companheiros para a formação de comandos guerrilheiros. Eu não tive dúvidas, como tantos: ingressei no que foi chamado de Comando Estudantil da ALN. Companheiros mais experientes organizavam os grupos, sempre entre 4 ou 5 estudantes, entre aqueles que não se conheciam, de preferência, como forma de preservar as estruturas em caso de prisão. O primeiro passo era tomar alguns cuidados básicos: “limpar” a casa de cada um de material suspeito, estruturar um espaço para guardar os materiais do grupo, estudar o Manual do Guerrilheiro Urbano,¹⁴ escrito por Marighella, e acertar os pontos de referência. Pontos de referência eram os locais e horários para encontro, em caso de perda dos encontros regulares – os pontos.

A regra era que ninguém se conhecesse, nem soubesse onde moravam ou estudavam, sequer o próprio nome. Usávamos, todos, nomes de guerra. A orientação era não saber para não ter o que falar sob tortura. A essa altura, meados de 1970, muitos guerrilheiros já haviam sido assassinados. Foi marcante o caso do companheiro Bacurí, nome de guerra de Eduardo Leite, barbaramente torturado, teve os olhos vazados, agonizou até a morte.¹⁵ Aderir à guerrilha era um misto de coragem e pavor. Do romantismo da luta e do pavor da tortura. Almejávamos todos, a derrubada da ditadura militar. Queríamos liberdade. Os nossos líderes apontavam o socialismo, mas a luta imediata era pelo fim do regime militar.

O próximo passo do grupo era o treinamento. Era necessário obter armas: ou receber uma da própria organização, ou comprar legalmente um revólver 38’ – isso era possível! – e preparar o treinamento. Daí era tomar o trem para Mauá, cidade próxima de São Paulo à margem da serra, de mochila, botas ou sapatos grossos, água,

lanche e o revólver com munição. Íamos em três ou quatro, liderados por alguém mais experiente. Durante o caminho, já perto da serra, conselhos e advertências sobre o que nos esperava. Se fôssemos presos, era preciso resistir. Ao menos por 24 horas, que era o tempo para os pontos serem cobertos e todos ficarem sabendo da prisão. Ou seja, não comparecer a um ponto marcado, nem ao primeiro ponto de referência, era alerta de prisão. Nesse momento uma cena que foi o registro cabal do romantismo que nos animava: um companheiro sacou da mochila e cobriu a cabeça com uma boina à lá Che. Já na serra, escolhendo um lugar distante das áreas urbanas, ouvíamos orientações sobre como os comandos deveriam agir nas cidades: a orientação da guerrilha é não ter baixas nem provocar baixas no inimigo, somente conquistar os objetivos traçados e abandonar rapidamente o local; a guerrilha só ataca quando tem total superioridade de fogo; todo integrante do povo é um potencial aliado, por isso o cuidado com toda ação etc.

E o esclarecimento principal: o maior objetivo da guerrilha urbana é alimentar a infra-estrutura da guerrilha rural, que está sendo iniciada. Em seguida o conhecimento das armas, seu manejo, a limpeza. Depois a orientação: nunca aponte uma arma para alguém, a não ser que haja a possibilidade real de ter que disparar. E por fim o treino de tiro. O alvo era um jornal dobrado preso a uma árvore. As orientações eram derivadas de aprendizado com outros companheiros que foram treinados em Cuba, e repassavam o conhecimento recebido no treinamento na Ilha.¹⁶

Da primeira ação clandestina, que foi a pichação contra a aposentadoria dos professores, pulei para a segunda: uma expropriação de um fusca na região da Vila Mariana. O relato dessa experiência ilustra esse rito de passagem. A guerrilha precisava de carros para suas ações. Nossos companheiros precisavam de um carro para uma ação de maior envergadura, que não nos era dado conhecer. Fomos, então, em um fusca – todo carro usado era sempre fusca, porque era a maior frota existente, difícil de distinguir – atrás do novo carro. Éramos quatro: eu na direção, com um revólver 38; ao meu lado um companheiro mais experiente, com uma metralhadora INA, do exército; e atrás Hiroaki e uma companheira, armados de revólveres, que fariam a abordagem e a expropriação. Rodamos pela Vila Mariana até encontrarmos um fusca dirigido por uma pessoa, parado em frente à uma casa baixa. Paramos. Desceram os dois companheiros. Revólveres em punho, rendem o motorista: “companheiro, isto é uma expropriação revolucionária: nós precisamos do seu carro; você vai receber de volta íntegro, assim

que terminarmos de usar; por favor, espere pelo menos 10 minutos, depois avise a polícia”. Esse discurso era treinado. Era importante que as pessoas soubessem do que se tratava, que era a guerrilha em ação. E havia uma regra: o carro era devolvido do jeito que foi pego, nem mais, nem menos. Normalmente era devolvido em uma região próxima, e se soubéssemos o telefone da casa do proprietário, ele era avisado. Expropriado o carro, nos afastamos do local para uma região mais distante, para a troca das placas. Usávamos placas que haviam sido tomadas de outros carros, colocadas sobre as originais e seguras por tiras de borracha de câmara de ar. Chamávamos de marta rocha, até hoje não sei a razão. Durante a troca das placas, um camburão da polícia passa por nós. Dois ou três policiais dentro. Tensão. Todos nos preparamos para sair do local. Fiquei com o revólver à mão. Meu companheiro engatilhou a INA. O camburão dá a volta na quadra e passa de novo, mais lentamente, na direção contrária. Mais tensão. “Vamos reagir?” perguntei, apavorado. “Nada, aproveita que eles estão na contramão, assim que eles passarem, chispa daqui! Te prepara!” Deixei o fusca ligado, pus o revólver entre as pernas, segurei o volante com as duas mãos, e fiquei esperando. Estavam sozinhos, não sabiam o que poderiam encontrar, nem sabiam quem éramos. Passaram por nós, devagarzinho. Ordem do meu companheiro com a metralhadora: “chispa daqui!”. Sai com o fusca a toda velocidade. Atrás de nós, depois de manobrar, o camburão com as sirenes ligadas, faróis acesos. Avenida 23 de maio. Velocidade. Ultrapassagens em alta velocidade. Distância do camburão, cada vez maior. Mais velocidade. “Entra na primeira transversal e abandonamos tudo. Cada um pra um lado!” Entrei na primeira transversal, freei, a INA já estava desmontada, o 38 escondido na cintura, carro abandonado, cada um sumiu para um lado diferente. No ônibus era difícil esconder o suor e o nervosismo. Havíamos conseguido um carro e perdido o outro.

Esse era o contraste entre as “posições reformistas” e a “luta concreta”, tal como entendíamos a realidade política que devíamos enfrentar. A partir daí veio uma sequência de ações: tomada de um lote de carteiras de trabalho em branco de um posto do Ministério do Trabalho, carimbos, papéis e outros apetrechos para confecção das carteiras; expropriação do faturamento de um fim de semana do restaurante Bierhalle, em Moema; expropriação de duas impressoras off-set de uma importadora, que foram instaladas nos nossos aparelhos – assim eram chamados os locais onde morávamos. Essas, entre muitas outras ações.

O espírito que nos dominava era uma composição de muitas e complexas emoções. Em muitos e sucessivos momentos cada um de nós depositava a confiança da própria vida nas mãos de outro companheiro, do qual só se conhecia o nome de guerra. Algumas vezes já conhecido de outros momentos, de outras ações. Muitas vezes completamente desconhecido, jamais havíamos nos encontrado, alguém intermediara o encontro. Mas cada encontro estava completamente preenchido de uma confiança e de uma cumplicidade que sabíamos tudo que se passava pela cabeça, um, do outro. Pela luta, pelas decisões que haviam sido tomadas. Porque um companheiro que estivesse na organização tinha compromissos profundos. Queríamos fazer acontecer a resistência, mostrar que ela existia. Tínhamos medo da prisão e da tortura e a esperança de ver o movimento crescer. Confiávamos nos companheiros que estavam construindo a guerrilha no campo. Estávamos em sintonia com as lutas de libertação de muitos povos pelo mundo: era a conclamação do Che: *vamos criar um, dois, mil Vietnãs!* Entendíamos que derrubar a ditadura era uma possibilidade posta ao nosso alcance. Não havia outra perspectiva de vida que pudesse ser imaginada debaixo daquela opressão. Companheiros de todas as áreas, alguns quase formados, entravam para a resistência porque não viam razão em outro caminho. Foi assim que conheci trinta e cinco companheiros que foram assassinados em diferentes circunstâncias pelo regime militar. Da grande maioria, só depois de noticiadas suas mortes, soube seus nomes pelos jornais.

A essa altura já sabíamos que a polícia perguntava por alguns de nós. Sair de casa e ir morar clandestino foi a providência necessária. A universidade e o trabalho haviam ficado para trás. O clima instituído pela repressão havia contaminado a cidade. Ir buscar um quarto para alugar era outra aventura. Para sair de casa precisei encontrar um quarto. Andei pela Lapa, em busca de algum. Parei em frente a uma casa, placa de “aluga-se quarto”. “Sou estudante da USP, preciso de um quarto. O senhor tem um disponível? Quanto é por mês?” O senhor de cabelos grisalhos, chinelos, olha para mim, mede de cima abaixo: “você não tá querendo montar um aparelho não, né?” Coração apertado, frio na espinha: “aparelho? Como assim? O senhor tá falando de guerrilheiro? Tá louco...”. Nem prestei atenção ao preço, mas achei caro demais e me despedi rápido. Só fui encontrar um quarto de fundos na Mooca. E lá me instalei. As regras da vida de clandestino eram rígidas. Sair de manhã, vestido de

forma discreta, armado quando houvesse alguma ação programada, desarmado para os encontros de planejamento e reuniões. O dia passava entre pontos marcados para o planejamento das atividades e discussão da situação geral. Antes do anoitecer era necessário estar “em casa”. Havia batidas policiais por todo lado. Qualquer grupo de pessoas podia ser abordado para investigação. Quatro pessoas em um fusca, então, era abordagem certa da repressão. Sem trabalho, profissionalizados para a guerrilha, era a organização que garantia nossa sobrevivência. O dinheiro conseguido das expropriações pagava o aluguel do meu quarto e minhas refeições. Assim era com todos. O almoço era sempre um PF – prato feito – de um bar de esquina. Não havia esbanjamento. O dinheiro conseguido ia para a formação da guerrilha no campo. Essa era a prioridade.

Já no início de 1971 o cerco apertava cada vez mais. Mais gente presa, torturada e assassinada. Menos notícias na mídia. Entre nós se instala uma discussão sobre o afastamento da guerrilha da sociedade, dos movimentos sociais. A guerrilha estava claramente se isolando. A mídia já não dava notícias, a não ser de “terroristas mortos em reação à prisão”. A reação à essa constatação desesperadora foi propor que as ações guerrilheiras começassem a priorizar “ações de massa”, que, de alguma forma, chegassem até a população. É com essas divergências em discussão que formamos o MOLIPO, Movimento de Libertação Popular, uma dissidência de companheiros que saem da ALN, engrossada por um grupo que voltava de Cuba, os 28 de Cuba. As ações que se seguiram buscavam esse caminho: incêndio de um ônibus quando do aumento de tarifas, seguido de panfletagem e um mini comício, com a praça cercada por alguns guerrilheiros. Instalação de uma Kombi com alto-falantes perto dos barracões das Letras, reproduzindo uma gravação que denunciava as ações da ditadura na USP. Qualquer dessas ações envolvia uma infra-estrutura significativa, movia muita gente e muitos recursos. Não eram simples, porque sempre envolvia muita segurança, obtenção de materiais, impressão de panfletos etc. E seu alcance era pequeno. Aí já aparece o desvio dos objetivos originais. Da guerrilha no campo para a tentativa de romper o cerco da mídia e da repressão. A sobrevivência, apesar de envolver muitos recursos, não era o maior problema. Era o movimento guerrilheiro em decadência, uma decadência que nos recusávamos a perceber. Nós todos sabíamos que a vida média de um guerrilheiro nas cidades era de um a dois anos. Por isso era preciso sair. Mas o ritmo alucinante do dia a dia não permitia muita elaboração.

Corte. Nova cena. Vinte e quatro de fevereiro de 1972. Oito horas da manhã. Eu ando pela Rua Bandeira Paulista para verificar um ponto de referencia com a companheira Márcia. Ela havia faltado ao ponto que marcamos. Ela era estudante, tinha 18 anos e eu 22. Percorro a rua de ônibus. Nada anormal. Desço perto, passo ao longe, olho com mais cuidado. Cerca de seis companheiros do MOLIPO haviam sido presos e mortos nas semanas anteriores. Estava armado, com uma pistola automática no coldre, debaixo do braço esquerdo, sob um casaco azul-marinho e uma pasta com documentos para discussão. Vou para um bar, peço um café com leite e pão na chapa, para esperar chegar as 10 horas, horário marcado. Dez horas. Volto ao local, com todos os sentidos acesos. Vejo a Márcia vindo ao longe, em minha direção. Relaxo. Fico contente. Ela viera ao ponto. Percebo um vulto à minha esquerda, do outro lado da rua. Alguém se aproxima com um jornal nas mãos. Uma rajada. Cinco tiros me derrubam no passeio da Bandeira Paulista.

Foram nove meses de DOI-CODI e um total de cinco anos preso. Na cadeia assistimos, entristecidos, ao golpe no Chile, fizemos greve de fome contra o isolamento dos presos políticos – a ditadura queria nos dividir em vários locais para não reconhecer nossa existência –, denunciámos as torturas, os assassinatos, comemoramos a vitória norte-vietnamita, tivemos o apoio de brasileiros dignos. Vimos o descobrimento da guerrilha do Araguaia e a guerrilha ser derrotada. Fomos torturados e convivemos com a tortura de outros companheiros durante nove meses. Em setembro de 1973 fomos julgados pelo Tribunal Militar. Trechos da carta que escrevi aos juízes ajudam a entender o espírito daquele tempo:

Não escrevo aos Srs. para fazer minha defesa. Não é meu objetivo pedir-lhes clemência e liberdade, pois, coerente com minha consciência, sou um homem livre. Pelo contrário, venho declarar-me responsável pela minha militância nas organizações guerrilheiras Ação Libertadora Nacional e Movimento de Libertação Popular, pelas ações revolucionárias de que já fui confesso nessa Auditoria e defender essa prática segundo meu ponto de vista. Por outro lado, a função desse Tribunal é buscar elementos jurídicos que possibilitem minha permanência na cadeia a fim de que exista menos um propagandista das ideias revolucionárias entre o povo, a quem tanto teme a atual Ditadura Militar. Não se trata, pois, de um julgamento político, que isto não o fará esse Tribunal, mas uma mera formalização de minha prisão. Não será permitida a divulgação deste texto, nem será

permitido o debate que busque a essência da luta de libertação do povo brasileiro. Trata-se de condenar. [...] nosso povo produz e não consome. A acumulação de riquezas nas mãos do 1% mais rico da população é levada às últimas consequências. O aumento espantoso da criminalidade, que hoje se verifica nos grandes centros industriais, não se deve a ‘bandidos natos’, como querem alguns. Esse aumento é expressão do desespero das massas migrantes marginalizadas, que não têm emprego e escola, que também seus pais não tiveram na região de origem, e por isso migraram. E o sistema procura serenar os ânimos com sua propaganda ideológica, buscando fazer esquecer as reivindicações e, com sua força repressiva, buscando aniquilar as organizações de classe que são os instrumentos da luta do trabalhador por seus legítimos direitos. E como isso não basta, é preciso serenar os ânimos também com a tortura generalizada. Hoje os jornais falam de tortura nos mais diversos pontos do país, sem que nenhuma reação se esboce. As mortes ‘acidentais’ nos órgãos repressivos proliferam. Dezenas de companheiros que dedicaram sua vida à libertação de nosso povo já tombaram, quer no combate, quer na tortura. [...] Vivemos, portanto, uma luta entre classes, entre exploradores e explorados, e todos tomarão partido. É necessário que se faça uma opção consciente pelo Poder Popular ou pela defesa do poder imperialista norteamericano. Ou ficar a Pátria livre, Ou morrer pelo Brasil!¹⁷

Por fim, vimos a resistência surtir efeito, o surgimento do movimento contra a carestia, do custo de vida, vimos surgirem as primeiras greves e o renascimento do movimento que mais tarde tirou a ditadura de cena. Em 1977 saí sob condicional. Na cadeia passei a militar no PC do B. Quando saímos, fundamos o Partido Revolucionário Comunista. Participei da fundação da CUT e do PT, em ambos fui da sua direção nacional. Em 2002 comemorei com todas minhas forças a eleição de Lula presidente. Havia só uma ponta de tristeza: a ausência dos nossos companheiros que tombaram pela liberdade.

Notas

1. “O confronto entre os alunos da Faculdade de Filosofia da USP e os estudantes do Mackenzie, em 3 de outubro de 1968, entrou para a história como a Batalha da Maria Antonia. O nome é uma referência ao endereço das duas universidades, que em 1968 eram vizinhas na Rua Maria Antonia, no centro de São Paulo. O confronto entre os alunos da Faculdade de Filosofia da USP e os estudantes do Mackenzie, em 3 de outubro de 1968, entrou para

- a história como a Batalha da Maria Antonia. Os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP - onde ficava a sede da ex-UEE (União Estadual de Estudantes) - defendiam ideais de esquerda. Já os alunos da Universidade Mackenzie estavam mais alinhados com ideias conservadoras defendidas por integrantes do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) que se infiltraram no movimento estudantil. Também estudavam no Mackenzie integrantes da FAC (Frente Anticomunista) e do MAC (Movimento Anticomunista)” (Folha de São Paulo. Folha On Line. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u397429.shtml>>. (Acesso em 23/02/2011).
2. “Marighella era apontado como inimigo público número um. Cartazes de ‘Procurados’ foram espalhados por todo o Brasil e a sua perseguição envolveu toda a estrutura da polícia política. Para orientar as ações da Aliança Libertadora Nacional (ALN), Marighella escreveu o Mini-manual do Guerrilheiro Urbano. A ALN tinha aproximações com os frades dominicanos e alguns deles estavam presos. Montou-se uma emboscada, através do contato desses frades, que agendaram, sob tortura, um encontro na Alameda Casa Branca, em São Paulo. No dia 4 de novembro de 1969, às oito horas da noite, Carlos Marighella caiu na emboscada armada pelo extinto DOPS (Departamento de Ordem Pública e Social) de São Paulo. Cercado por 30 policiais, com o delegado Sérgio Paranhos Fleury, à frente, foi assassinado. A ALN existiu até 1974” (UOL. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/biografias/carlos-marighella.jhtm>>. Acesso em 23/02/2011).
 3. “Em fevereiro de 1968, em documento intitulado ‘Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo’, Marighella expôs os motivos do rompimento com o PCB e anunciou o surgimento de uma organização disposta a dar início imediatamente às ações políticas armadas. A organização foi batizada de ALN – Ação Libertadora Nacional – com a intenção de resgatar o espírito revolucionário da ANL – Aliança Nacional Libertadora – responsável pela Insurreição Armada de novembro de 1935, comandada por Luís Carlos Prestes. Com sua presença pessoal, e sob seu comando e de Joaquim Câmara Ferreira a ALN deflagrou, já em 1968, as primeiras operações de guerrilha urbana no Brasil” (UOL. Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=29>> (Acesso em 26/02/2011).
 4. A respeito de Carlos Gomes Machado, Coronel aposentado pela extinta Guarda Civil, vereador duas vezes por São Paulo, preso em 1975 na onda de prisões de membros do Partido Comunista Brasileiro, consta o seguinte registro do relato ao juiz-auditor, do 1º Tenente PM José de Araújo Cavalcanti, 67 anos, S. Paulo, 1975: “Visto que eu nada podia adiantar-lhe, por nada saber do que era perguntado, nesse momento mandou virem à minha presença, para acareação, o Cel. Carlos Gomes Machado e o Ten. Atilio Gerimos, que haviam sido presos já há alguns dias. Esses dois colegas estavam em estado lastimável, pois vinham sendo torturados desde que ali haviam chegado; (...)” (Associação 64/68 Anistia. Disponível em <<http://associacao6468-anistia.blogspot.com/2007/11/40.html>>. Acesso em 01/03/2011). A respeito de seu companheiro Atilio Geromin, consta o depoimento de Carlos Gomes Machado: “Também em carta às autoridades, o coronel PM Carlos Gomes Machado, 62 anos, reafirmou a denúncia: (...) Além disso, embora sabendo ser eu cardíaco, não podendo sofrer emoções, levaram-me para ver outros colegas

meus serem torturados, como foram os casos do tenente Atílio Geromin, que ficou com marcas indelévels nas duas pernas, visto que fora amarrado em uma cadeira de braços chamada, pelos interrogadores, de “cadeira do dragão”; tenente José Ferreira de Almeida que, apesar de seus 63 anos de idade, foi levado à morte em virtude das torturas que lhe foram aplicadas, tais como “pau-de-arara”, choques elétricos, palmatória, etc., que se repetiam diariamente; (...)” (DHnet Rede Direitos Humanos e Cultura. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tmmais/mortos.html>>. (Acesso em 01/03/2011).

5. “Alguns acontecimentos marcantes – como as manifestações de rua em maio na França, a ofensiva do Tet que mudava os rumos da guerra no Vietnã, a primavera de Praga, as batalhas da polícia contra estudantes no México, no Japão, no Brasil e em outros países – faziam de 1968 um ano mágico e mítico, a simbolizar a rebeldia mundo afora na década de 1960 [...] As manifestações brasileiras em 1968 estavam em sintonia com o que ocorria no mundo todo no período, mas tiveram a particularidade de inserir-se na luta contra a ditadura militar e civil que interrompera o processo democrático em 1964. Ela enfrentava três frentes de contestação social e política: o movimento estudantil, o movimento operário e a agitação cultural promovida por intelectuais e artistas.” (RIDENTE, Marcelo. 1968 - de novo! p. 1, 3. Disponível em <http://www.boell-latinoamerica.org/download_pt/1968_port_abrev.pdf> Acesso em 27/02/2011).
6. “Depois de cassado, durante os anos de 1970, Mario Schenberg sofreu perseguições e ameaças à integridade física, invasão à sua casa, publicações ameaçadoras em jornais, que atingiam outros membros da comunidade universitária em São Paulo. Meados dos anos 70 foram de violência explícita de órgãos de segurança, ilegais, mesmo no interior do governo militar. São essas as violências que calam fundo nas relações sociais da convivência diária e impedem a formação de uma consciência coletiva livre para se manifestar” (HAMBURGER, Amélia I. in. Dois Textos de Mário Schenberg - Publicação da obra científica de Mario Schenberg, Estudos Avançados, no. 44, Janeiro/Abril, 2002. Disponível em <<http://stoa.usp.br/cienciacultura/weblog/84357.html>> Acesso em 27/02/2011).
7. “[...] comprovou-se documentalmente o acolhimento dos órgãos de segurança, no próprio Gabinete do Reitor, como ‘Assessoria de Informações – AESI’, criada em 23 de maio de 1973, durante a gestão do reitor Miguel Reale” (O Controle Ideológico na USP : 1964-1978. Associação dos Docentes da USP. São Paulo. Adusp. p. 6. 2004).
8. “A colaboração com órgãos de segurança do Estado sempre foi objeto de indignação e denúncia por parte da sociedade. No caso da Universidade de São Paulo, até mesmo uma comissão especial de Inquérito da Assembleia Legislativa buscou investigar e determinar a abrangência da prática adotada pela direção da Instituição, especialmente nos anos subsequentes ao golpe de 64. Abertos os arquivos de órgãos de segurança, como o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Estado de São Paulo, o quadro que se desenha é muito mais grave: a colaboração da reitoria da USP não ocorreu tão-somente após 1964. Pelo contrário, ela se constituiu em prática institucionalizada, envolvendo as várias instâncias de poder dentro da burocracia universitária e os órgãos policiais, em troca de informações, denúncias, pedidos de

colaboração, desde o início da década de 50. E, guardadas as especificidades de cada período histórico do país e as consequências que tais práticas pudessem provocar, elas se desenvolveram em padrões não muito diferenciados daqueles que os arquivos registram após o ano de 64. Há nomes, situações, datas, assinaturas que confirmam o fato” (ELIAS, Beatriz. A USP nos arquivos do DOPS. Revista ADUSP. abril, 1998).

9. “Ronaldo Mouth Queiroz estudava Geologia na USP e era um dos raros quadros remanescentes das mobilizações de 1968 que se manteve atuando legalmente nas instâncias estudantis do difícil período entre 1969 e 1972. Dirigiu o DCE da USP a partir de 1970, quando o Movimento Estudantil não podia mais realizar grandes mobilizações abertas, por força do terror repressivo. Ainda assim, trabalhou para manter uma articulação básica entre os Diretórios e Centros Acadêmicos, preparando publicações, organizando campanhas unificadas, apresentações artísticas e, principalmente, a recepção conjunta aos calouros de cada ano, trocando o trote tradicional por debates políticos e culturais. [...] A partir do trabalho do ex-militante e agente policial ‘Jota’, o médico João Henrique de Carvalho, infiltrado na ALN em 1972, Queiroz passou a ter seus passos vigiados pelo DOI-CODI/SP. Foi morto a tiros no dia 06/04/1973, num ponto de ônibus da Avenida Angélica, em São Paulo, por agentes daquele órgão de segurança do regime militar” (ANDRUS, HK. Site movebr. Disponível em <<http://movebr.wikidot.com/bio:queirozrm>> Acesso em 20/02/2011).
10. “Entre setembro e outubro de 1971 a UNE realizou, clandestinamente, seu XXXI Congresso. Estima-se em 200 os delegados que se reuniram em conselhos estaduais ou regionais realizados no Pará, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas, Rio de Janeiro, Espírito Santo, DF e São Paulo. No Congresso, realizado na Baixada Fluminense (RJ), foi aprovada uma carta-programa para o período 1971-1973 e foi eleita a diretoria presidida por Honestino Monteiro Guimarães e composta por Ronald Rocha (RJ), Marco Aurélio (MG), Rufino (CE), Maria Emília (BA), Jorge Paiva (SP), Luís Oscar (RS), Humberto Câmara (PE), Alírio Guerra (RN) e Pedro Calmon (RS). Esse Congresso, realizado em condições duríssimas, mas com cerca de 200 delegados, não tem entrado na contagem dos congressos da UNE, embora o nome de Honestino, eleito nessa ocasião, faça parte da lista de presidentes. Moção apresentada no 50º Congresso reivindica o reconhecimento do Congresso de 1971” (Portal de informações sobre Honestino Guimarães. Disponível em <<http://honestinoguimaraes.com.br/movimentos-estudantis/une/2>>. Acesso em 07/-3/2011).
11. “À exceção do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos” (GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. Editora Ática S.A. São Paulo. 2ª ed. 1987, p. 79).
12. “O essencial era a ação. ‘A ação faz a vanguarda’, proclama então Marighella. E a direção? A direção é a guerrilha, é o comando guerrilheiro. O comando operativo se confundirá com o comando político-militar. [...] Os grupos revolucionários podem unir-se ou atuar separadamente, manter ou não vínculos entre si. O essencial é a ação. Essa é a que despertará a energia

revolucionária de nosso povo, a que determinará a formação de um caudal de lutas que nada poderá deter” (FERREIRA, Joaquim Câmara, Novembro de 1969. In. MARIGHELLA, Carlos. Carlos Marighella. Prólogo de Joaquim Câmara Ferreira. Havana: Tricontinental, 1970, p. 9-20. Acesso em 04/12/2010. Disponível em <<http://www.socialismo.org.br/portal/historia/146-documento/560-marighella-vida-e-acao-criadoras>>.

13. Foi morto, aos 28 anos de idade, em São Paulo. Fazia o 4º ano da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Baleado e preso pelo DOI/CODI-SP, em 5 de janeiro de 1972, Torigoi foi imediatamente levado para as câmaras de tortura desse departamento. Sua prisão se deu na Rua Albuquerque Lins, Bairro de Santa Cecília, por uma equipe chefiada pelo delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., vulgo ‘Otavinho’. Seus torturadores e assassinos foram: capitão do exército Orestes, vulgo ‘Ronaldo’; ‘capitão Amici’, Aparecido Laerte Calandra, o ‘capitão Ubirajara’, investigador Pedro Maria Grancieri, soldado da Aeronáutica Roberto, vulgo ‘Padre’, policial conhecido como ‘Castilho’, todos chefiados pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra e pelo capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo. Devido a seus ferimentos, e pela impossibilidade de pendurá-lo no pau-de-arara, Torigoi foi torturado em uma cama de campanha, onde foi amarrado para espancamentos, choques elétricos e outras violências. [...] Vários presos políticos que se encontravam no DOI-CODI/SP nesse dia viram Torigoi ser arrastado pelo pátio interno, sangrando abundantemente, em direção às câmaras de tortura. [...] Um fato importante é que vários presos ouviram uma acirrada discussão entre os torturadores quanto ao destino a ser dado a Torigoi, quando este ainda se encontrava vivo. Assassiná-lo de imediato em torturas, foi o que defendeu o capitão Orestes, apoiado pelo capitão Amici; prestar-lhe alguma assistência médica, reanimando-o a fim de continuar com as torturas, era o que queria o delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr. A posição vencedora foi a dos capitães Orestes e Amici, que lograram seu intento, assassinando Torigoi em apenas algumas horas. O laudo de necrópsia foi assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini, corroborando a versão oficial. O simples exame das fotos do corpo evidenciam as torturas - estando um dos braços visivelmente quebrado” (Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=119>> Acesso em 07/03/2011).
14. Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano – MARIGHELLA, Carlos. Junho de 1969 (Arquivo Marxista na Internet. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>, acesso em 23/02/2011).
15. “Bacuri foi preso em 21 de agosto de 1970 pela equipe do delegado Sérgio Fleury e permaneceu em cárcere 109 dias, até falecer em 8 de dezembro de 1970. Às vésperas de ser retirado do Deops para ser assassinado, Bacuri recebeu dos próprios agentes da repressão um exemplar da Folha da Tarde que noticiava sua morte ‘em tiroteio’. Segundo a versão ‘oficial’, ele morreu em uma troca de tiros com a polícia na cidade de São Sebastião, interior de São Paulo, onde foi encontrado morto. As marcas em seu corpo, no entanto, denunciavam hematomas, queimaduras, cortes profundos, além de dentes arrancados e olhos vazados.” (Bacuri recebe título de cidadão paulistano. Brasil de Fato. 06/12/2010. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/5225>>. Acesso em 27/02/2011).

16. “É nesta fase, a partir de 1967-68, que a maior parte dos brasileiros foi treinar em Cuba. Embora o governo cubano tenha visto Carlos Marighella como a principal liderança da revolução brasileira e a ALN a organização com mais condições de fazer a luta armada, outras organizações de vanguarda também receberam apoio, que significava, então, treinamento.” (ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil. O treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro, Mauad, 2001. ISBN 85-7478-032-4. Disponível em <http://www.historia.ufr.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf>. (Acesso em 26/02/2011).
17. Cópia da carta manuscrita entregue ao tribunal foi conseguida nos arquivos do DOPS através de habeas data.